


**FORMAÇÃO MÉDICA À SAÚDE DOS POVOS TRADICIONAIS E INDÍGENAS:
UM ESTUDO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS NA CIDADE DE BELÉM-PA,
REGIÃO AMAZÔNICA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-083>

Data de submissão: 10/01/2025

Data de publicação: 10/02/2025

Larissa Ádila Desireé Vieira de Andrade Duarte

Acadêmica de Medicina
Universidade do Estado do Pará
adiladesiree@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0000-8894-0686/>
<http://lattes.cnpq.br/2113772727950247>

Ana Flávia Furtado Teles

Acadêmica de Medicina
Universidade do Estado do Pará
ana.ffteles@aluno.uepa.br
<https://orcid.org/0009-0005-9482-0169/>
<http://lattes.cnpq.br/3189651976282081>

Suzana Gomes de Oliveira

Acadêmica de Medicina
Universidade do Estado do Pará
suzana.gdoliveira@aluno.uepa.br
<https://orcid.org/0009-0003-6081-0021/>
<http://lattes.cnpq.br/3376386060515496>

Paola Carolina Santos Foinkinos

Acadêmica de Medicina
Universidade do Estado do Pará
paola.csfoinkinos@aluno.uepa.br
<https://orcid.org/0009-0000-3210-0709/>
<http://lattes.cnpq.br/2562081899145453>

Zildivan Rocha do Nascimento Araujo

Acadêmica de Medicina
Universidade do Estado do Pará
zildivan.rdnaraujo@aluno.uepa.br
<https://orcid.org/0009-0007-6308-1804/>
<http://lattes.cnpq.br/0085285696740442>

Giovana Pereira Lobato Brito

Acadêmica de Medicina
Universidade do Estado do Pará
giovanaplbrito@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0006-3929-2858/>
<http://lattes.cnpq.br/9094718018524839>

Pollyane Tayse Costa Leitão Marcellino
Acadêmica de Medicina
Centro Universitário São Lucas, Porto Velho
leitaopollyane@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0009-4216-8569/>
<http://lattes.cnpq.br/1903217164627386>

Vanja da Cunha Bezerra
Doutorando em Educação
Universidade do Estado do Pará
vanja.bezerra@uepa.br
<https://orcid.org/0009-0008-2461-533X/>
<http://lattes.cnpq.br/0501470123975617>

RESUMO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é essencial na elaboração do ensino e aprendizagem nos cursos de Medicina, os PPCs geralmente seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), atualizadas em 2022, que tratam a saúde como um direito e atua de forma a garantir o cuidado integral. Sendo assim, cada determinante social e cultural deve se relacionar diretamente com a saúde dos povos tradicionais e indígenas. No contexto da cidade de Belém- PA, essa responsabilidade se torna mais significativa, considerando a riqueza cultural e étnica desses povos presente na região, o que torna necessária a promoção de assistência médica alinhada com as particularidades dessas comunidades.

Objetivo: Investigar os projetos pedagógicos (PPC) de quatro cursos de medicina de duas instituições públicas e duas privadas, em Belém/PA. Metodologia: Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, pois utilizou-se de dados quantitativos e qualitativos dos PPCs dos cursos de graduação em Medicina da UEPA, da UFPA, do CESUPA e da UNIFAMAZ. A partir das palavras-chaves pré-definidas pelos autores, avaliou-se frequência e relacionou-se a fragmentos textuais dos (PPC), mediante análise documental realizada por meio da utilização de instrumentos de coleta de dados semiestruturados previamente elaborados pelos autores. **Resultados:** Identificou-se dificuldade de encontrar as palavras-chave primárias elencadas, com ausência das palavras “povos indígenas”, “povos tradicionais” e “programas governamentais”. A busca foi ampliada para palavras-chave secundárias mais abrangentes. Um formulário de pesquisa foi criado para investigar se os PPCs abordavam a promoção da saúde dos povos tradicionais e indígenas. Entretanto, observou-se que nenhum PPC mencionava programas governamentais relacionados à saúde desses povos. Além disso, notou-se incipiência por parte das instituições, no que diz respeito a módulos integradores, atividades formativas no ciclo básico, módulos sobre cultura e história indígenas e estágios rurais durante o internato. **Conclusão:** Portanto, depreende-se que os projetos pedagógicos das quatro instituições de graduação de medicina em Belém/PA demonstram debilidades no que tange ao preparo direcionado em relação à atenção à saúde dos povos tradicionais e indígenas para os acadêmicos do curso. Com isso, nota-se a necessidade da atualização dos PPCs dessas instituições, com a inclusão de aprendizado voltado diretamente para as especificidades desses povos.

Palavras-chave: Cultura indígena. Avaliação curricular das faculdades de medicina. Atenção à saúde.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é a ferramenta de elaboração de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser estabelecidos a formulação do curso, estrutura, procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e instrumentos normativos de apoio (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS). Normalmente esses PPCs dos cursos de medicina deveriam se arquitetar de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022).

No ano de 2014, os Ministérios da Educação e da Saúde uniram-se com o propósito de adotar medidas de reformas no processo de formação médica do Brasil, estabelecendo as novas DCNs, que passaram por atualizações no ano de 2022 (FERREIRA, 2023). Assim, as DCNs tratam a saúde como um direito e atua de forma a garantir o cuidado integral. Por tanto, cada determinante social, cultural, comportamental, psicológico, ético e legal deve ser compreendido, se relacionando diretamente com a saúde dos povos tradicionais e indígenas, visando alcançar todas as nuances da identidade dessas populações (BRASIL, 2014).

Em 2013, foi sancionada e publicada a Lei nº 12.871 que instituiu o Programa Mais Médicos (PMM) (BRASIL, 2013). O Programa Mais Médicos é parte de um amplo esforço para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), levando médicos não somente para os centros urbanos, mas principalmente para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, isso está em consonância com as DCNs, que asseguram o direito de todos ao acesso à saúde (BRASIL, 2023). Porém, a educação médica tem poucas contribuições para atuar em contextos interétnicos, com raras experiências de imersão cultural e inserção precoce em terras indígenas, tanto que a Associação de Educação Médica faz recomendações para o ensino da saúde indígena, como uma forma de trazer essa reflexão para os cursos de medicina e para um preparo profissional adequado em diferentes realidades (ABEM, 2020).

No contexto da cidade de Belém- PA, essa responsabilidade ganha contornos ainda mais significativos, pois essa cidade faz parte da região amazônica e deve ser considerado a riqueza cultural e a diversidade étnica dos povos tradicionais e indígenas que ali habitam e como sugere a “Declaração de Belém+30”, deveria ser conhecida mundialmente (MUSEU GOELDI, 2023). Além disso, até o presente momento, não existem estudos brasileiros que abordam a formação médica e a atenção à saúde dos povos tradicionais e indígenas trazendo como referência os projetos pedagógicos dos cursos de medicina em Belém- PA.

Logo, carece-se da realização de um estudo que busque compreender esse processo educacional nos cursos de medicina e essencialmente entender se existe a promoção de uma formação

médica mais efetiva, culturalmente sensível e alinhada às peculiaridades dos povos tradicionais e indígenas. Então, este estudo tem como objetivo investigar os projetos pedagógicos de quatro cursos de medicina de duas instituições públicas e duas privadas, em Belém- PA, com especial atenção à incorporação de conhecimentos e práticas durante a formação médica, que preparem os acadêmicos e favoreçam a atenção à saúde dos povos tradicionais e indígenas e averiguar se esses projetos estão seguindo o que é recomendando pela DCN.

2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido a partir da análise de 4 projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) de graduação em Medicina na cidade de Belém / PA, região amazônica, sendo duas universidades públicas e dois centros universitários privados. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, pois utilizou-se de dados quantitativos e qualitativos dos PPCs de graduação em Medicina. A partir das palavras-chaves pré-definidas pelos autores, avaliou-se a frequência em que apareciam e relacionou-se ao contexto dos PPCs em que ela estava inserida. Nesse sentido, consideraram-se para a amostra apenas projetos pedagógicos de cursos de graduação em Medicina da Universidade do Estado do Pará (UEPA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Centro de Ensino Superior do Pará (CESUPA) e do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ).

Com o objetivo de compreender o ensino em saúde na formação médica aplicado ao contexto amazônico, as discussões dos resultados foram organizadas a partir da frequência de palavras-chave, como: programas, programas governamentais, indígena, povos indígenas, povos tradicionais, comunidade, povos, grupos sociais, populações, étnico- racial, cultural, cultura, valores e crenças, Amazônia, paraense, zona rural, rural, municípios do interior, regional, região, interiorização, política, epidemiologia e epidemiológica, encontradas nesses projetos político pedagógicos e simplificados a partir de sua frequência no quadro 1. Sendo assim, foi analisado o contexto e significado em que essas palavras-chaves estão presentes nesses PPCs. Posteriormente, foi realizado o preenchimento de um formulário de pesquisa com 10 perguntas, que aparecem no quadro 2, feitas às quatro instituições de medicina de Belém-PA, sendo que as respostas foram retiradas dos próprios PPCs, ou seja, foram adicionadas as respostas com a numeração da página onde foi achado o termo que corresponde a pergunta.

Utilizou-se os dados descritivos da amostra para avaliar se haveria a presença ou não de ensino direcionado ao atendimento em saúde de povos tradicionais e indígenas nos PPC, comparando com a publicação das DCNs de 2022. A começar, delineou-se uma análise documental a partir da sistematização dos dados, com a leitura completa dos documentos disponibilizados. Essa análise

buscou congregar os diferentes componentes que constam nas matrizes desses cursos e comparou com as competências e habilidades expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina de 2022 e, dessa maneira, verificou-se se o que foi proposto pela União está sendo aplicado nas bases curriculares dessas instituições.

Para tanto, os projetos pedagógicos da UEPA, UFPA e UNIFAMAZ foram acessados por meio do sítio eletrônico de cada universidade, apenas para acesso ao PPC do CESUPA, foi necessária a solicitação à coordenação do curso, sendo feito contato por e-mail, com requisito de apresentar o projeto da presente pesquisa, para só então termos acesso ao PPC desta. O critério de elegibilidade para o presente estudo foi a disponibilidade na íntegra de cada PPC. Neste estudo, utilizou-se apenas as versões mais recentes e vigentes de cada instituição.

Por se tratar de uma análise documental de projetos político pedagógicos do curso de Medicina, não foi necessária a submissão do presente estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa, visto que esses documentos estão disponíveis nos sites das respectivas instituições de ensino.

3 RESULTADOS

O estudo se debruçou sobre um total de 4 PPCs do curso de medicina em Belém – uma estadual (UEPA) e uma federal (UFPA) – e dois de instituições privadas, ambos centros universitários (UNIFAMAZ e CESUPA). Em relação à data de atualização dos PPCs, identificou-se que o PPC da UEPA foi atualizado em 2015 e que ele rege o curso de medicina da cidade de Belém, Marabá e Santarém, a UFPA teve o PPC atualizado no ano de 2010, enquanto os centros universitários apresentaram versões mais recentes, sendo o PPC da UNIFAMAZ de 2017 e o do CESUPA de 2023.

Os 4 PPCs foram submetidos à leitura pelos autores do artigo com a finalidade de buscar inicialmente as palavras-chave primárias elencadas pelos autores, sendo elas: “programas”, “programas governamentais”, “povos indígenas”, “indígenas” e “povos tradicionais”. Porém, devido à dificuldade de encontrar essas palavras-chave nos documentos, a busca foi ampliada, gerando as palavras-chave secundárias: “comunidade”, “povos”, “grupos sociais”, “populações”, “étnico-racial”, “cultural”, “cultura”, “valores e crenças”, “Amazônia”, “paraense”, “zona rural”, “rural”, “municípios do interior”, “regional”, “interiorização”, “política”, “epidemiológica” e “epidemiologia”, conforme apresentado no Quadro 1.

Tal ampliação de pesquisa propiciou uma análise mais abrangente dos PPCs, identificando a presença (ou ausência) de referências ao ensino voltado à atenção à saúde de povos tradicionais e indígenas no contexto amazônico e de interiorização, alinhado às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2022

Tal ampliação de pesquisa propiciou uma análise mais abrangente dos PPCs, identificando a presença (ou ausência) de referências ao ensino voltado à atenção à saúde de povos tradicionais e indígenas no contexto amazônico e de interiorização, alinhado às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2022.

Quadro 1. Frequência das palavras-chave nas universidades/centros universitários

PALAVRAS-CHAVE PRIMÁRIAS	UEPA	UFPA	CESUPA	UNIFAMAZ	TOTAL
Programas	54	14	43	38	149
Programas governamentais	0	0	0	0	0
Indígena	5	0	3	12	20
Povos indígenas	0	0	0	0	0
Povos tradicionais	0	0	0	0	0
PALAVRAS-CHAVE SECUNDÁRIAS	UEPA	UFPA	CESUPA	UNIFAMAZ	TOTAL
Comunidade	140	35	141	138	454
Povos	2	0	1	2	5
Grupos sociais	7	0	0	6	13
Populações	6	1	12	3	22
Étnico-racial	0	0	0	0	0
Cultural	16	4	15	29	64
Cultura	39	13	55	69	176
Valores e crenças	1	0	0	2	3
Amazônia	25	4	12	32	73
Paraense	5	2	2	2	11
Zonal rural	1	0	0	1	2
Rural	1	1	8	8	18
Municípios do interior	1	0	1	1	3
Regional	11	7	12	24	54
Região	21	11	20	64	116
Interiorização	10	0	0	0	10
Política	83	15	83	0	181
Epidemiologia	43	2	69	4	118
Epidemiológica	19	2	17	3	41

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme apresentado no Quadro 1, dos quatro PPCs analisados, apenas as palavras-chave primárias “programas” (mencionada 149 vezes) e “indígenas” (20 vezes) foram identificadas, sendo que a palavra “indígenas” foi encontrada apenas nos PPCs da UFPA, CESUPA e UNIFAMAZ, restando ausente no PPC da UEPA. As palavras-chave, “programas governamentais”, “povos indígenas” e “povos tradicionais” não foram encontradas em nenhum dos PPCs avaliados. Por isso houve a necessidade de se buscar mais palavras-chaves mais representativas para a pesquisa.

Dessa maneira, dentre as palavras-chave secundárias, foram mais frequentes: “comunidade” (total de 454 vezes), “políticas” (total de 181 vezes), “cultura” (total de 176), “epidemiologia” (total de 118 vezes) e “região” (total de 116 vezes). As demais apareceram menos de 80 vezes, com destaque para as menos mencionadas: “étnico-racial” (nenhuma vez), “zona rural” (total de 2 vezes),

“municípios do interior” (total de 3 vezes), “valores e crenças” (total 3 vezes) e “povos” (total de 5 vezes).

Para analisar se as palavras-chave estavam inseridas no contexto da discussão proposta pelos autores do artigo, foi desenvolvido um formulário de pesquisa, apresentado no Quadro 2, cujo objetivo foi investigar se os PPCs das universidades e centros universitários analisados refletiam as habilidades e competências imprescindíveis para a formação dos futuros profissionais de medicina, com perguntas elaboradas no contexto da promoção a saúde dos povos tradicionais e indígenas na formação acadêmica dos estudantes de medicina na cidade de Belém-PA.

Quadro 2. Formulário de pesquisa utilizado na busca.

1- Coerência do PPC com o perfil de formação médica que promove saúde a povos tradicionais e indígenas.
UEPA - [...] construir conhecimentos básicos e fundamentais para a compreensão do processo saúde – doença e sua relação com a família e comunidade e que possuam relação com os aspectos culturais dos povos da Amazônia incluindo os indígenas e afrodescendentes numa visão humanizada... pág. 131.
UNIFAMAZ - Não foi citado.
UFPA - Não foi citado.
CESUPA - [...] conhecer os Aspectos Epidemiológicos da Saúde e a relação com Meio Ambiente, com ênfase nas populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas; pág. 118.
2- Existência de temas que se relacionem ou tange a promoção de saúde a povos tradicionais e indígenas
UEPA - [...] produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, propiciando condições de permanência e uma formação qualificada visando a efetiva contribuição social e melhoria da vida da sociedade paraense e amazônica. pág. 17.
UNIFAMAZ - [...] formação de cidadãos médicos com comprometimento ético, étnico-racial, de gênero, ambiental, político e social, com o olhar para a região, preparando-o para o exercício da profissão, comprometidos com a transformação social e bem-estar dessa sociedade; pág. 6.
UFPA - [...] é compromisso do Curso de Medicina da UFPA, formar profissionais médicos competentes para resolução dos problemas de saúde, individual e coletivo, com visão humanística e ética, capaz de conduzir a atenção à saúde, especialmente local e regional, a excelência que a comunidade merece e anseia. pág. 12.
CESUPA - [...] O curso visa a formação de um médico com um conhecimento global contextualizada e interligada, do aluno em ação, mediante a prática-reflexão-ação, buscando articular os fundamentos dos conhecimentos biológicos, sociais, culturais, éticos, ecológicos e humanísticos na compreensão do processo saúde-doença da coletividade e dos indivíduos. pág. 17.
3- Existência de atividades formativas no ciclo básico e clínico de práticas profissionais ao atendimento de povos tradicionais e indígenas.
UEPA - Não foi citado.
UNIFAMAZ - Não foi citado.
UFPA - [...] Deslocamento para atividades de ensino e aprendizagem de competências da atenção primária no Distrito DAGUA e ilhas do entorno do campus universitário; pág. 6.
CESUPA - Não foi citado.
4- Existência de atividades formativas no ciclo básico e clínico de prática profissional ao atendimento que se relacionam aos povos tradicionais e indígenas.
UEPA - [...] O GIESC permitirá ao estudante realizar a abordagem centrada na pessoa, pelos princípios e ferramentas da atenção primária e pelo trabalho com membros da comunidade, nos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, associados ao processo saúde-doença. pág. 92.
UNIFAMAZ - Não foi citado.
UFPA - Não foi citado.
CESUPA - MISC4; aspectos epidemiológicos. Saúde ambiental: conceitos e interfaces. Legislação e políticas públicas de saúde ambiental. Estratégias de educação em saúde ambiental (conceitos e interfaces com as populações urbanas e especiais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas).

5- Existência de módulos integradores a temas relacionados aos povos tradicionais e indígenas.
UEPA - Os módulos ofertados ao longo das quatro primeiras séries do curso constituem-se como espaço prioritário para o estabelecimento das interações sociais, culturais e de saúde da comunidade. pág. 65.
UNIFAMAZ - Não foi citado
UFPA - Não foi citado
CESUPA - Não foi citado
6- Inter-relação dos PPC com programas governamentais que promovem a saúde aos povos tradicionais e indígenas.
UEPA - Não foi citado.
UNIFAMAZ - Não foi citado.
UFPA - Não foi citado.
CESUPA - Não foi citado.
7- Inter-relação dos PPCs com programas governamentais que se aproximam da promoção de saúde aos povos tradicionais e indígenas.
UEPA - Qualidade na atenção à saúde, pautando seu pensamento crítico, que conduz o seu fazer, nas melhores evidências científicas, na escuta ativa e singular de cada pessoa, família, grupos e comunidades e nas políticas públicas, programas, ações estratégicas e diretrizes vigentes. pág. 44.
UNIFAMAZ - O Curso está totalmente integrado aos serviços do SUS, contribuindo para o fortalecimento da rede assistencial e da estratégia saúde da família, além do incremento de programas de saúde, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população: pág. 142.
UFPA - O Curso de Medicina da UFPA, [...] estabeleceu parcerias com o Sistema Único de Saúde (SUS) regional e local, através de convênios de cooperação técnica pedagógica, estes convênios facilitam a inserção dos discentes e docentes do curso nos três níveis de atenção à saúde, em todos os momentos previstos para a formação médica, de acordo com a complexidade e o grau de autonomia no desenvolvimento dele. pág. 14.
CESUPA - Uma formação médica integral visa ainda preparar o profissional para os diversos cenários de atendimento, de forma especial, no Sistema Único de Saúde, por meio de uma abordagem do paciente que valoriza a atenção biopsicossocial, compreendendo também a dimensão cultural, afetiva e espiritual. pág. 25.
8- Serviços de estágios durante o internato que promovam o treinamento em atendimento aos povos tradicionais e indígenas.
UEPA - Não foi citado.
UNIFAMAZ - [...] o estágio rural está contido na área de saúde coletiva como componente curricular obrigatório durante o internato; pág. 59.
UFPA - Os programas e projetos de extensão são formalizados como: integração docente-assistencial, internato rural, vivências complementares, estágios, estágios de campo, atividade acadêmica a distância, entre outras... pág. 47.
CESUPA - [...]Estágio Rural, no último semestre do curso de Medicina, é realizado no município de Barcarena - PA, visando permitir ao aluno a vivência de agravos a saúde, em cenários diferentes, como populações ribeirinhas, moradores de ilhas... pág. 314.
9- Existência de atividades acadêmicas complementares que se relacionam a promoção e treinamento a saúde de povos tradicionais e indígenas.
UEPA - Não foi citado.
UNIFAMAZ - Extensão [...]Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional e da integração latino-americana. pág. 38.
UFPA - Em dezembro do ano de 2008 a FAMED iniciou o processo de transformação e busca de um Projeto Pedagógico alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Medicina e voltado às necessidades de saúde da população amazônica. pág. 9.
CESUPA - No âmbito da extensão, a integração do CESUPA com o meio social se estabelece mediante quatro vertentes distintas, quais sejam: prestação de serviços especializados; ações comunitárias (projetos); ações acadêmico-profissionais (cursos, produtos e eventos); e ações esportivas e culturais; pág. 11.
10- Contém disciplinas ou módulos que abrangem e valorizem o conhecimento da cultura, religião e história dos povos tradicionais e indígenas.
UEPA - Não foi citado.
UNIFAMAZ - ... quanto aos conteúdos sobre relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, são abordados nos eixos: AES-I Introdução ao estudo da Medicina e HM1 ...pág. 151.
UFPA - Não foi citado.
CESUPA - Não foi citado

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tal como foi apresentado no formulário de pesquisa 1 (Quadro 2), um dos fatos observados foi a ausência de menção, em todos os PPCs analisados, sobre a inter-relação com programas governamentais que promovem a saúde de povos tradicionais e de povos indígenas. Se tratando do ciclo básico do curso de medicina, apenas o PPC da UFPA aborda atividades formativas e práticas clínicas voltadas para o atendimento dessas populações. Além disso, referente aos módulos integradores sobre temas relacionados aos povos tradicionais e indígenas, somente a UEPA inclui essa temática em seu PPC, e sobre disciplinas ou módulos que abrangem e valorizem o conhecimento da cultura, religião e história dos povos tradicionais e indígenas, apenas a UNIFAMAZ faz alusão a isso no seu PPC.

Todavia, além do que foi ressaltado, os PPCs da UNIFAMAZ, UFPA e CESUPA contemplam a oferta de estágios durante o internato, conhecidos como “estágio rural” ou “internato rural”, que permite ao aluno interno de medicina contato direto com populações tradicionais e indígenas. Somente o PPC da UEPA não trata sobre este tipo de estágio durante o internato.

Outro aspecto importante é que, nos PPCs da UNIFAMAZ, UFPA e CESUPA, há referência à realização de atividades acadêmicas complementares que se relacionam com a promoção à saúde de povos tradicionais e indígenas, tais como programa de extensão, pesquisa que abordam os aspectos da realidade local, prestação de serviços especializados e ações comunitárias em regiões vulneráveis o que contribui para a formação de médicos mais preparados para atuar nessas comunidades.

4 DISCUSSÃO

A pesquisa revelou uma carência significativa no PCCs avaliados das quatro universidades de Belém-PA no tocante à incorporação de conhecimentos e práticas que favoreçam a atenção à saúde dos povos tradicionais e indígenas. A análise revelou que, apesar das ocorrências de algumas menções, praticamente não há integração entre teoria e prática e de forma superficial ou com tangência de forma bastante geral ao tema, evidenciando uma abordagem limitada, sem diferenças marcantes entre os tipos de instituição (públicas e privadas).

Essa lacuna fica evidenciada quando nos PPCs não se identifica as palavras-chave primárias “povos indígenas” e “povos tradicionais”. Dados recentes do IBGE mostraram que grande parte dos indígenas do país (44,48%) estão concentrados na região Norte do Brasil (GOVERNO DO BRASIL, 2013). Somando esses fatores, demonstra-se que existe uma população que necessita de preparação médica que valoriza a vida, capaz de superar o paradigma biomédico para incorporar outras dimensões no cuidado em saúde, melhorando a atenção e assistência à saúde desses povos respeitando as suas

singularidades étnica e cultural e que as 4 universidades poderiam melhorar a formação médica nesse sentido.

Para mais, dentre as universidades analisadas, somente a UEPA e o CESUPA fazem referência, embora superficialmente, à promoção da saúde dos povos tradicionais e indígenas em seus PPCs. Em geral, as quatro universidades analisadas tangenciam o tema de maneira mais genérica, sem aprofundamento no assunto, o que contraria as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Medicina, que prevê na formação médica a importância de envolver conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas sobre direitos humanos, relações étnico-raciais e a história da cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2014).

Ao examinar as atividades formativas no ciclo básico e clínico de práticas profissionais voltadas ao atendimento de povos tradicionais e indígenas, apenas a UFPA contempla programas que visam capacitar os estudantes para atender estas populações. Essa falta de abordagem específica compromete a preparação dos estudantes para lidar com as necessidades e as realidades dessas comunidades, negligenciando a importância da sensibilidade cultural e da competência intercultural na formação de profissionais de saúde. Tal fato vai de encontro ao que apontam Pereira e Biruel (2014), que afirmam que diversidade étnica e cultural dos pacientes oferece uma oportunidade enriquecedora de vivência e aprendizado dos profissionais de saúde e dos alunos de graduação. Dessa forma, a pesquisa aponta a necessidade de existência de mais atividades, para uma formação mais qualificada dos estudantes.

Vale citar que há iniciativa isoladas que evidenciam uma preocupação crescente com a inclusão de perspectivas culturais no ensino médico, tais como os programas GIESC na UEPA e o MISC4 no CESUPA. Essas iniciativas evidenciam uma preocupação latente com a inclusão de perspectivas culturais diversas no ensino superior, especialmente no contexto da formação em saúde. No entanto, a presença limitada desses programas em comparação com a ausência de atividades formativas explícitas nas universidades destaca uma omissão significativa na abordagem educacional em relação às comunidades. Isso levanta questões sobre a eficácia e abrangência das estratégias de inclusão e diversidade em diferentes instituições de ensino superior, bem como a necessidade de ampliar e fortalecer iniciativas que promovam uma educação mais intercultural e sensível às realidades dessa coletividade. Esse panorama, contrapõe o pensamento de Ulisses E. C. Confalonieri, que afirma que as universidades têm um papel crucial na formação de médicos preparados para atender essas populações, e a ausência de uma abordagem sistematizada compromete a integralidade do cuidado.

Ademais, nota-se a existência deficitária de módulos integradores a temas relacionados aos povos tradicionais e indígenas nas instituições de ensino analisadas, visto que esse tópico foi citado

apenas no PPC da UEPA, sendo colocada a oferta desses módulos nos quatro primeiros semestres do curso, com o objetivo de estabelecer interações culturais, sociais e de saúde da comunidade.

Sendo assim, é notória a desatenção das instituições de medicina, no que tange à preparação do cuidado em saúde desses povos. Tal contexto é corroborado por Luna et al, ao afirmar que a escassez de abordagem sobre os saberes tradicionais desses povos compromete a integralidade da atenção à saúde, pois é necessário entender o contexto e crenças locais para poder promover o cuidado integralizado, especializado e humanizado a esses povos.

No que tange à inter-relação dos PPCs com programas governamentais que promovem a saúde aos povos tradicionais e indígenas, tais como o "Guia de Diretrizes para a Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas" (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs)", tal aspecto não foi citado em nenhum projeto pedagógico das instituições de medicina incluídas no estudo. Isso evidencia que essas instituições não têm priorizado a formação médica envolvida com a diversidade étnica, visto que há ínfima integração dos programas voltados à saúde desses povos com a graduação médica, expressas nas DCN's. Chaves et al destaca que apesar de o Ministério da Saúde implementar ações de saúde voltadas para esses povos, tais ações promovem poucas oportunidades de diálogos amplos acerca das especificidades deles, sendo assim um tema trabalhado de forma ínfima na graduação dos cursos de saúde, o que gera insegurança dos profissionais da medicina na promoção do atendimento e cuidado desses povos. Logo, a lacuna presente na educação médica, no que diz respeito à abordagem intercultural e interétnica, compromete a promoção à saúde desses povos.

Além disso, no sétimo item do formulário de pesquisa, discutimos a conexão entre os PPCs e os programas governamentais que se aproximam da promoção de saúde das comunidades tradicionais e indígenas, e todas as universidades fazem menção ao tema em seus projetos.

UEPA e a UNIFAMAZ abordam apenas a existência de políticas públicas, programas, ações estratégicas e diretrizes vigentes para o cuidado da atenção à saúde, sem, contudo, especificar quais são eles e para quais comunidades se destinam. Por outro lado, a UFPA e o CESUPA não mencionam a existência desses programas, mas destacam a importância do Curso de Medicina estabelecer parcerias com o Sistema Único de Saúde (SUS), visando oferecer à comunidade um atendimento de excelência em saúde local e regional, e isso inclui a inserção dos alunos e professores nos diferentes níveis de atenção à saúde ao longo de sua formação.

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de incorporar programas governamentais nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Medicina, dada a crescente relevância desse debate na contemporaneidade. Em 2006, na 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (DIEHL, E. E.; PELLEGRINI, M), foi abordada a inclusão da disciplina Saúde Indígena nos currículos de medicina,

o que destaca a importância dos futuros profissionais de saúde adquirirem conhecimentos sobre questões específicas relacionadas à saúde das populações indígenas desde a formação acadêmica. Além disso, a qualificação dos profissionais de saúde ressalta a importância de uma abordagem contínua ao longo da carreira profissional para lidar efetivamente com as necessidades de saúde dessas comunidades, pois é necessário compreender e respeitar as suas práticas tradicionais, o que pode contribuir significativamente para uma melhor interação e prestação de cuidados de saúde culturalmente sensíveis.

No item 8 do formulário de pesquisa, buscamos analisar quais universidades oferecem serviços de estágio durante o internato voltados ao treinamento no atendimento aos povos tradicionais e indígenas. Observa-se que a UEPA é a única instituição que não dispõe desse contato, as outras universidades incluem esses estágios como componente curricular obrigatório para a formação profissional. Na UNIFAMAZ, o estágio rural é integrado ao eixo de saúde coletiva, com o objetivo de ampliar as experiências dos discentes, possibilitando-lhes imersão em regiões tanto próximas quanto distantes do município, com a finalidade de obter uma compreensão mais profunda da realidade local. De modo semelhante, na UFPA, o internato rural é formalizado através de um programa de extensão, que estabelece uma conexão entre a universidade e a comunidade por meio de atividades interdisciplinares, visando à formação integral do estudante e à disseminação do conhecimento. No CESUPA, o estágio rural ocorre no último semestre do curso, permitindo que os alunos tenham contato com diversos cenários de saúde, incluindo populações ribeirinhas, moradores de ilhas com limitações de mobilidade e comunidades rurais distantes dos centros urbanos.

Dessa forma, é evidente que experiências significativas durante a graduação, como estágios rurais que envolvem a comunidade, são eficazes para o desenvolvimento de um currículo socialmente responsável, pois as necessidades de saúde em áreas rurais diferem das urbanas, exigindo a presença de médicos de família ou generalistas devidamente treinados para fornecer cuidados essenciais. Por outro lado, a ausência de um suporte adequado para profissionais de saúde recém-formados pode desestimular a busca por carreiras nessa área e prejudicar os pacientes dessas comunidades (KUMAR, R). É fundamental ressaltar que essas populações dependem de profissionais capacitados para garantir um atendimento integral, considerando as limitações de recursos locais. É importante dizer que, a consolidação de programas de internato rural é uma questão desafiadora devido a elementos de caráter pedagógicos, logísticos, burocráticos e administrativos. Apesar de sua importância reconhecida por alunos e professores, poucas faculdades de Medicina no Brasil oferecem experiência profissional em áreas rurais ou remotas, o que pode resultar em uma discrepância entre o currículo das escolas médicas e as necessidades de saúde da população (LACERDA R DE, L.; APPENZELLER, S).

Além do mais, durante a leitura dos PPCs, foi possível perceber, também, que nem todas as universidades realizam atividades voltadas para povos tradicionais e indígenas. Realizamos a pesquisa sobre a existência ou não de atividades complementares que se relacionassem com a promoção e treinamento de saúde indígena, com isso, após a pesquisa e leitura dos PPCs, concluímos que não há a promoção dessas atividades, o que não condiz com a realidade de uma cidade localizada na região Amazônica onde é cercada por grupos populacionais diversos, como os povos tradicionais e indígenas, e não condiz também com a realidade de um país que apresenta uma população indígena de 370.000 pessoas (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE). Com isso, vale ressaltar a importância de estudos e atividades voltadas para assegurar a saúde desses povos que necessitam de um atendimento especial, respeitando suas singularidades e modos de vida em suas comunidades.

Por fim, ao realizarmos a busca nos PPCs para verificar se havia módulos que contemplassem e valorizassem o conhecimento, a cultura, religião e história dos povos tradicionais e indígenas. Verificamos que durante a graduação do curso de medicina, nem todos os projetos pedagógicos discorrem sobre a valorização cultural, o que é o reflexo de uma sociedade que desvaloriza e subestima os conhecimentos culturais acerca dessas populações que, antes mesmo da medicina, já contribuíam de forma significativa para a promoção de saúde de seus povos, através de seus vastos conhecimentos acerca de ervas, plantas e medicina tradicional (FERREIRA, LO).

Sobre as limitações do estudo, vale ressaltar que a análise documental não permite avaliar de forma consistente o impacto negativo dessas deficiências na formação médica. Além disso, estudos com amostra mais ampla, incluindo outras regiões do país, devem ser realizados para obtenção de resultados mais robustos. E, além do mais, devido este estudo ser realizado com coleta de dados por meio de formulário de pesquisa, podem não ter conseguido investigar todos os aspectos importantes do tema. Outro destaque é que a falta de atualização dos PPCs também é um desafio, uma vez que não está claro se as universidades estão efetivamente seguindo o que está descrito em seus documentos oficiais.

5 CONCLUSÃO

Portanto, depreende-se que os projetos pedagógicos das quatro instituições de graduação de medicina em Belém/PA apresentam fragilidades significativas no que diz respeito à preparação dos futuros médicos para atender as demandas específicas dos povos tradicionais e indígenas, através de abordagens mais profundas e práticas voltadas para a saúde dessas populações, contribuindo para formação dos profissionais de saúde em um contexto que exige sensibilidade cultural e competência intercultural.

Com isso, nota-se a necessidade da atualização dos PPCs dessas instituições, com a inclusão de aprendizado voltado diretamente para as especificidades desses povos. A inclusão de módulos integradores a temas relacionados às culturas e necessidades dos povos tradicionais e indígenas, bem como a inserção de estágios que possibilitem a vivência prática no atendimento dessas comunidades, são medidas essenciais para formação de médicos capazes de ofertar atendimentos seguros, especializados e humanizados, considerando os conhecimentos e práticas em saúde desses povos, uma vez que o cuidado em saúde oferecido a essas populações devem ser mais abrangentes e de qualidade, reduzindo as disparidades no acesso a um atendimento adequado e respeitoso.

Por fim, é fundamental reconhecer as limitações deste estudo, que se baseia em análise documental e, portanto, não permite avaliar de forma consistente o impacto negativo dessas deficiências na formação desses profissionais de medicina. Estudos mais abrangentes, com amostras mais amplas e coletadas em diferentes estados brasileiros, são necessários para obter resultados mais conclusivos. Além disso, é importante considerar que os PPCs estão sujeitos a atualizações, o que pode impactar a efetiva implementação das diretrizes descritas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE MEDICINA (ABEM). Recomendações ABEM: ensino da temática saúde indígena nas escolas de medicina [Internet]. 2020. Disponível em: https://website.abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-Abem_-ensino-da-tem%C3%A1tica-Sa%C3%BAde-Ind%C3%ADgena-nas-escolas-de-medicina.pdf. Acesso em: 9 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12871.htm. Acesso em: 9 dez. 2023.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014: Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em medicina. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Conheça o programa Mais Médicos [Internet]. Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/conheca-programa>. Acesso em: 9 dez. 2023.

_____. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 9 dez. 2023.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de novembro de 2022. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=242251-rces003-22-2&category_slug=novembro-2022-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 9 dez. 2023.

CHAVES, K. B. et al. Povo indígena e a formação médica. Revista Científica FACS, v. 23, n. 2, p. 68–79, 2023. Disponível em: <https://periodicos.univale.br/index.php/revcientfacs/article/view/611>. Acesso em: 9 dez. 2023.

CONFALONIERI, U. E. C. O Sistema Único de Saúde e as populações indígenas: por uma integração diferenciada. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 441-450, 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8XdLyXWpDPQxyX4FhjS9ppC/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

DIEHL, E. E.; PELLEGRINI, M. A saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. Cadernos de Saúde Pública, v. 30, n. 4, p. 867–874, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/cqvrtQcSr9kydJd68PT86Mw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FERREIRA, L. O. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 1, p. 203–219, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702013000100011>. Acesso em: 9 dez. 2023.

FERREIRA, S. et al. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de medicina no Brasil: mudanças no processo de formação. Jornal de Políticas Educacionais, v. 17, n. 2, p. 5-20, maio 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 9 dez. 2023.

GOVERNO DO BRASIL. Quem são os povos indígenas? Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 9 dez. 2023.

KUMAR, R. A Declaração de Delhi 2018: “Saúde para todas as pessoas rurais” - Alma Ata revisitada. *Journal of Family Medicine and Primary Care*, v. 7, n. 4, p. 649–651, 2018. Disponível em: https://dx.doi.org/10.4103/jfmnp.jfmnp_217_18. Acesso em: 9 dez. 2023.

LACERDA, R. de L.; APPENZELLER, S. Internato rural nos cursos de Medicina no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Médica* [Internet], v. 47, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/BdhJWVvbjQwG47mZXBzF6qp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2023.

LUNA, W. L. et al. Identidade, cuidado e direitos: a experiência das rodas de conversa sobre a saúde dos povos indígenas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/TKxvss4YT9WzKNqwx6SHYyn/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de novembro de 2022. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=242251-rces003-22-2&category_slug=novembro-2022-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 9 dez. 2023.

MUSEU GOELDI. Declaração Belém 30: pela valorização dos povos e comunidades tradicionais do mundo [Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/declaracao-belem-30-pela-valorizacao-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-do-mundo/declaracao-belem-30.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2023.

PEREIRA, É. R.; BIRUEL, E. P.; OLIVEIRA, L. S. de S.; RODRIGUES, D. A. A experiência de um serviço de saúde especializado no atendimento a pacientes indígenas. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 1077-1090, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/9JQFrKm83b7SM6FLMwzVXXG/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. [S.l.: s.n.], [9 de dezembro de 2023]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/destaque/ppc.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2023.